



PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA

CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

2^a edição, revista e atualizada

Área específica da obra

Direito Tributário.

Áreas afins do livro

Direito Constitucional. Direito Econômico.

Direito Financeiro.

Palavras-chave

Contribuições de Intervenção. CIDE. Domínio Econômico.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3884



CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

PAULO ROBERTO LYRIO PIMENTA

2^a edição, revista e atualizada

FORUM

As Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico representam um tema de significativa importância na atualidade, em face dos grandes debates doutrinários e jurisprudenciais que despertam.

O presente trabalho busca realizar um estudo amplo sobre a matéria. Partindo-se de uma investigação do perfil constitucional dessa exação, serão investigadas todas as suas hipóteses de incidência, reguladas pela legislação infraconstitucional, destacando-se as questões discutidas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, em especial aquelas que são objeto de precedentes qualificados. Com isso, o trabalho mostrar-se-á útil para todos os operadores do direito.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P644c Pimenta, Paulo Roberto Lyrio

Contribuições de intervenção no domínio econômico / Paulo Roberto Lyrio
Pimenta. -- 2. ed. rev. e atual. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

164 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-969-8
ISBN digital 978-65-5518-974-2

1. Contribuições de intervenção. 2. CIDE. 3. Domínio econômico.I. Título.

CDD: 343.074
CDU: 346

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. *Contribuições de intervenção no domínio econômico*. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 164 p. ISBN 978-65-5518-969-8.

Paulo Roberto Lyrio Pimenta

O autor é Professor Titular de Direito Financeiro e de Direito Tributário da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor em Direito pela PUC-SP, realizou Estágio Pós-Doutoral na Ludwig-Maximilians-Universität (Universidade de Munique, Alemanha). Mestre em Direito pela UFBA. Autor de cinco obras e mais de cem artigos publicados em diversos periódicos. Juiz Federal na Bahia, em auxílio no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Professor da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no biênio 2016/2018.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO

Paulo Roberto Lyrio Pimenta..... 11

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS..... 15

1.1	Nomenclatura	15
1.2	Natureza jurídica.....	16
1.3	Características essenciais.....	20
1.4	Traços acidentais	23
1.5	Contribuições especiais são taxas ou impostos?.....	25
1.6	Classificação	27
1.7	Princípios e normas constitucionais aplicáveis.....	28
1.8	Principais alterações promovidas por emendas constitucionais.....	31
1.9	Outras questões	33
1.9.1	Imunidades	33
1.9.2	Parafiscalidade.....	36
1.9.3	Não cumulatividade	36
1.9.3.1	Aspectos gerais	36
1.9.3.2	Regime jurídico dos créditos	39
1.9.4	A base de cálculo possível.....	40

CAPÍTULO II

PRESUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO..... 43

2.1	Ordem econômica	43
2.2	Domínio econômico	44
2.3	A intervenção do Estado no domínio econômico	46
2.4	A relação meio/fim na regulamentação constitucional da ordem econômica.....	48
2.5	Modalidades de intervenção	49
2.6	Pressupostos da intervenção	53
2.7	Limites da intervenção	57

CAPÍTULO III

PERFIL CONSTITUCIONAL DAS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO..... 59

3.1	Finalidades da contribuição.....	59
3.2	Contribuição interventiva <i>versus</i> taxas de polícia.....	62
3.3	Regime jurídico-constitucional.....	63
3.4	Materialidade e base de cálculo	70
3.5	Destinatário constitucional	74
3.6	Destino da arrecadação e outros temas.....	75
3.7	Contribuições interventivas e agências reguladoras.....	77

CAPÍTULO IV

CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA JURÍDICO-INTERVENTIVA 81

4.1	Exames sobre a constitucionalidade das contribuições interventivas	81
4.2	O critério da finalidade constitucional	82
4.2.1	Nível de abordagem do problema	82
4.2.2	Normas programáticas e contribuições interventivas	82
4.3	As finalidades constitucionais e as contribuições interventivas	84
4.4	Demais critérios de aferição da constitucionalidade	92

CAPÍTULO V

PARÂMETROS E CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS IMPOSITIVAS TRIBUTÁRIAS DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS	95
5.1 Parâmetros para aferição da constitucionalidade das normas jurídicas tributárias.....	95
5.1.1 Identificação dos parâmetros.....	95
5.1.2 Parâmetros de aferição da inconstitucionalidade formal	98
5.1.3 Parâmetros de aferição da inconstitucionalidade material	99
5.1.3.1 Princípio da capacidade contributiva.....	99
5.1.3.2 Princípio da isonomia.....	104
5.1.3.3 Princípio da razoabilidade	107
5.1.3.4 Princípio da proporcionalidade	109
5.1.3.5 Princípio da preservação do núcleo essencial do direito	112
5.1.3.6 Princípio da finalidade	115
5.1.3.7 Princípio do destino da arrecadação	117
5.2 Critérios de aferição da constitucionalidade das normas jurídicas tributárias.....	118
5.2.1 Distinção entre parâmetros e critérios.....	118
5.2.2 Critérios de aferição da inconstitucionalidade formal.....	119
5.2.3 Critérios de aferição da constitucionalidade material	120
5.3 Quadro sinótico	122

CAPÍTULO VI

CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS ATUAIS: ESTRUTURA E COMPATIBILIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	123
6.1 Delimitação da análise	123
6.2 Contribuição ao Sebrae	123
6.3 Contribuição para a Pesquisa e Desenvolvimento do Setor Elétrico e para Programas de Eficiência Energética no Uso final	128
6.4 Contribuição para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST	130
6.5 Contribuição para o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTEL	132
6.6 Contribuição para o Financiamento do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa.....	133
6.7 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE	136
6.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente sobre a Importação e a Comercialização de Petróleo e seus Derivados	138
6.9 Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM	142
6.10 Contribuição ao Incra	144
6.11 Contribuição ao Sescoop	146

CONCLUSÕES

CAPÍTULO I – CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.....	151
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	152
CAPÍTULO III – PERFIL CONSTITUCIONAL DAS CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	153
CAPÍTULO IV – CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA JURÍDICO-INTERVENTIVA	154
CAPÍTULO V – PARÂMETROS E CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS IMPOSITIVAS TRIBUTÁRIAS DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS	155
CAPÍTULO VI – CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS ATUAIS: ESTRUTURA E COMPATIBILIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL	157
REFERÊNCIAS	159